MODELO DE RESUMO SIMPLES

Trabalho finalizado ou projetos em andamento (**PIBIC, PROVIC e PROEX**)

Título: Somente a primeira letra maiúscula

(Times NewRoman 14)

Número máximo de autores: 07 (inserir os nomes completos, sendo o aluno de Iniciação Científica primeiro e orientador por último)

(Times NewRoman 11)

Nome do autor que apresentará o Banner correspondente ao resumo deverá estar sublinhado

Identificação dos autores com números (Times NewRoman 11 sobrescrito)

Obrigatoriamente o resumo deve ter:

* BREVE INTRODUÇÃO
* OBJETIVO
* METODOLOGIA
* RESULTADOS E CONCLUSÃO ou RESULTADOS ESPERADOS (no caso de resumo de projeto)

Instituições de Fomento: citar quem financiou o trabalho, ISECENSA, CNPq, outras entidades...

O CABEÇALHO DO EVENTO DEVE SER MANTIDO, O RESUMO NÃO DEVE ULTRAPASSAR UMA PÁGINA

ENCAMINHAR NO MESMO ARQUIVO O RESUMO EM PORTUGUÊS SEGUIDO DO RESUMO EM INGLÊS.

Revista Perspectivas Online: XXXXXX

Anais do VII Seminário P&D PROVIC/PIBIC

n. XX, nº XX, Suplemento, 2022

**Avaliação efetiva da legislação na comercialização de produtos antimicrobianos no Brasil**

*Antônio Maria Sousa1*, Aline Teixeira Marques Figueiredo Silva2, Carolina Magalhães dos Santos2, Maria das Graças Machado Freire3

(1) Aluno de Iniciação Científica do PIBIC/ISECENSA – Curso de Enfermagem; (2) Pesquisadores Colaboradores - Laboratório de Estudos em Saúde Pública – LAESP/ISECENSA;(3) Pesquisadora Orientadora - Laboratório de Química e Biomoléculas – LAQUIBIO/ISECENSA – Curso de Enfermagem - Institutos Superiores de Ensino do CENSA – ISECENSA, Rua Salvador Correa, 139, Centro, Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil.

A falta de fiscalização e de aplicação efetiva de controles sobre a venda e o uso de antimicrobianos é citada pela Organização Mundial da Saúde como a principal causa da crescente resistência aos microrganismos. Para minimizar as consequências deste grave problema de saúde pública, vários países têm aprimorado a regulação da prescrição e dispensação de antimicrobianos. No Brasil, medidas de controle foram adotadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, com a publicação da Resolução da Diretoria Colegiada nº 44, de 26 de outubro de 2010. Acompanhar o comércio de antibacterianos no Brasil, após a implementação do novo controle de medicamentos antimicrobianos. Estudo observacional, longitudinal, descritivo, do comércio de antibacterianos em farmácias e drogarias no Brasil. Serão analisadas as informações sobre a venda de antibacterianos no período entre 01 de janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2014 (48 meses), obtidas a partir dos relatórios da consultoria de mercado farmacêutico IMS Health, que inclui dados auditados em 55 mil farmácias e drogarias distribuídas por todo o território brasileiro, representando aproximadamente 76% dos estabelecimentos farmacêuticos privados do país. A partir dos dados extraídos serão calculados os volumes anuais de venda dos antibacterianos incluídos no estudo e as variações anuais de venda, visando identificar tendências do mercado de antibacterianos nos quatro primeiros anos de vigência do novo controle de antimicrobianos implementado no Brasil. O acompanhamento do comércio de antibacterianos no Brasil pode fornecer subsídios para a avaliação dos resultados alcançados após a implementação do novo controle de medicamentos antimicrobianos, reafirmando a importância desta política ou indicando a necessidade de sua reformulação ou da adoção de outras medidas de controle.

Palavras-chave: Medicamentos. Fiscalização sanitária. Saúde Pública.

Instituição de Fomento: ISECENSA.

Online Perspectives Journal: XXXXXX

Proceedings of the 7th Research & Development PROVIC/PIBIC

v. XX, nº XX, Supplement, 2022

**Effective evaluation of legislation on the commercialization of antimicrobial products in Brazil**

*Antônio Maria Sousa1*, Aline Teixeira Marques Figueiredo Silva2, Carolina Magalhães dos Santos2, Maria das Graças Machado Freire3

(1) Scientific Initiation Student at PIBIC/ISECENSA – Nursing Course; (2) Collaborating Researchers - Laboratory of Public Health Studies - LAESP/ISECENSA;(3) Advisor Researcher - Laboratory of Chemistry and Biomolecules - LAQUIBIO/ISECENSA - Nursing Course - Higher Education Institutes of CENSA - ISECENSA, Rua Salvador Correa, 139, Centro, Campos dos Goytacazes, RJ, Brazil.

The lack of supervision and effective application of controls on the sale and use of antimicrobials is cited by the World Health Organization as the main cause of the growing resistance to microorganisms. To minimize the consequences of this serious public health problem, several countries have improved the regulation of antimicrobial prescribing and dispensing. In Brazil, control measures were adopted by the National Health Surveillance Agency, with the publication of Resolution No. 44 of the Collegiate Board of Directors, of October 26, 2010. Monitoring the antibacterial trade in Brazil, after the implementation of the new control of antimicrobial drugs. Observational, longitudinal, descriptive study of the sale of antibacterials in pharmacies and drugstores in Brazil. Information on the sale of antibacterials in the period between January 1, 2011 and December 31, 2014 (48 months) will be analyzed, obtained from the reports of the pharmaceutical market consultancy IMS Health, which includes audited data in 55 thousand pharmacies and drugstores distributed throughout the Brazilian territory, representing approximately 76% of the country's private pharmaceutical establishments. From the extracted data, the annual sales volumes of the antibacterials included in the study and the annual sales variations will be calculated, in order to identify trends in the antibacterial market in the first four years of the new antimicrobial control implemented in Brazil. The monitoring of the antibacterials trade in Brazil can provide subsidies for the evaluation of the results achieved after the implementation of the new control of antimicrobial drugs, reaffirming the importance of this policy or indicating the need for its reformulation or the adoption of other control measures.

Keywords: Medicines. Sanitary inspection. Public health.

Support: ISECENSA.